

MULHERES QUILOMBOLAS: a educação como mecanismo de resistência às desigualdades de gênero e étnico-raciais

Raissa Lima Dantas ¹
Dra. Claudia Silva Lima (orientadora) ²

RESUMO

As mulheres quilombolas enfrentam múltiplas formas de desigualdade, marcadas historicamente por questões de gênero, raça e classe, que as colocam em situação de vulnerabilidade social. A partir disso, esse estudo propõe refletir sobre o papel da educação quilombola no fortalecimento da identidade cultural e na superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais, destacando-a como ferramenta importante para o empoderamento das mulheres quilombolas. O objetivo central é investigar como a educação pode atuar como mecanismo de resistência e transformação para mulheres quilombolas, analisando seu papel na redução das desigualdades estruturais. A pesquisa será de natureza bibliográfica a partir da coleta e análise de materiais já publicados, como livros, artigos, dissertações e documentos oficiais (Severino, 2016). Além disso, a pesquisa será apoiada em autores, como Nascimento (2014), Gomes (2017) e Silva (2019), Ribeiro (2019), Borges (2019), Crenshaw (1989), dentre outros, que discutem a intersecção entre educação, gênero e raça no contexto quilombola, bem como documentos norteadores, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Estatuto da Igualdade Racial. Pretende-se apontar que a educação quilombola, fundamentada nos valores e saberes das comunidades, transforma a vida das mulheres ao fortalecer sua autoestima, valorizar sua identidade cultural e promover sua participação em espaços sociais e políticos. Essa educação também desconstrói estereótipos de gênero e raça, ampliando as possibilidades de ascensão social e econômica. Depreende-se, portanto, que lutar por investimentos em políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas às comunidades quilombolas é essencial para consolidar uma educação emancipadora e combater desigualdades estruturais. Dessa forma, a valorização dos saberes tradicionais, o acesso equitativo à educação e o fortalecimento de ações afirmativas são fundamentais para que as mulheres quilombolas superem barreiras históricas, reafirmem suas identidades e contribuam para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-Chaves: Educação Quilombola; Mulheres; Resistência; Interseccionalidade; Desigualdade Estrutural.

¹Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará, raissalimadantas@gmail.com.

² Doutora em História e Conexões Atlânticas, claudia.s.lima@uepa.br.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira foi historicamente construída sobre uma base desigual, marcada por profundas contradições sociais, raciais e econômicas. O período colonial e escravocrata legou ao país estruturas que reverberam até os dias atuais, especialmente no que diz respeito ao racismo estrutural e à marginalização de populações negras. Como afirma Gomes (2017, p. 33), “a história do Brasil é atravessada por apagamentos e silenciamentos que ainda moldam a maneira como a população negra é tratada nas instituições, inclusive na escola”. Nesse contexto, compreender a realidade das comunidades quilombolas significa reconhecer que estas não são apenas remanescentes de um passado de resistência, mas constituem sujeitos sociais ativos, portadores de direitos e de saberes ancestrais que estruturam sua organização coletiva.

As comunidades quilombolas são, portanto, espaços de produção cultural, identitária e política, e não apenas territórios geográficos. Elas se formaram a partir de diferentes experiências históricas de luta contra a opressão, consolidando-se como locais de preservação da memória afro-brasileira. Nascimento (2014, p. 41) reforça que “o quilombo é símbolo de resistência, mas também de reexistência, pois traduz a capacidade de recriar modos de vida e estratégias de sobrevivência diante da violência colonial”. Dessa forma, pensar a educação quilombola é pensar também o direito à identidade e ao reconhecimento histórico.

Entretanto, quando se observa especificamente a situação das mulheres quilombolas, percebe-se que sua realidade é atravessada por camadas ainda mais densas de desigualdade. Isso ocorre porque a experiência feminina negra e quilombola é marcada pela sobreposição de opressões, conforme explicita Crenshaw (1989), ao apresentar o conceito de interseccionalidade. A autora argumenta que “a intersecção entre racismo e sexism cria formas de subordinação que são frequentemente invisíveis” (Crenshaw, 1989, p. 149). No caso das mulheres quilombolas, soma-se ainda a dimensão da classe social, que agrava obstáculos relacionados à escolarização, ao trabalho, à saúde e à participação política.

Essas mulheres, historicamente encarregadas das atividades domésticas, do cuidado dos filhos e muitas vezes da manutenção financeira do lar, sofrem com a naturalização de papéis de gênero que lhes são impostos tanto pela sociedade mais ampla quanto pelas estruturas patriarcais internas. Ao mesmo tempo, possuem papel fundamental na manutenção cultural, na transmissão dos saberes tradicionais e na articulação política comunitária. Como

observa Ribeiro (2019, p. 27), “as mulheres negras sempre estiveram na linha de frente das lutas sociais, mas raramente foram reconhecidas como protagonistas”.

Diante desse cenário, a educação assume um papel central para transformar essas realidades. A Educação Escolar Quilombola (EEQ), fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), surge como um instrumento fundamental para garantir o direito à educação de forma contextualizada e inclusiva. Ela se propõe a reconhecer o território, os saberes ancestrais, as memórias e as narrativas próprias das comunidades como elementos estruturantes da prática pedagógica. Sobre isso, Freire (1996, p. 52) já advertia que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Quando este “mundo” é o quilombo, a educação torna-se ainda mais profundamente ligada à emancipação coletiva.

Assim, este estudo tem como objetivo refletir sobre o papel da educação quilombola no fortalecimento da identidade cultural e na superação das desigualdades estruturais enfrentadas por mulheres quilombolas. A investigação busca compreender como a pedagogia quilombola contribui para o empoderamento, a autonomia e a participação sociopolítica dessa parcela da população, analisando elementos que tornam a educação um mecanismo de resistência e transformação social.

A relevância do tema se justifica pela urgência de combater desigualdades históricas que continuam a limitar o pleno desenvolvimento das comunidades quilombolas e, sobretudo, de suas mulheres. Além disso, reforça a necessidade de consolidar políticas públicas efetivas que considerem a interseccionalidade como categoria de análise e ação, garantindo que raça e gênero sejam tratados como eixos fundamentais do direito à educação.

Por fim, compreender a educação quilombola como instrumento de empoderamento feminino significa reconhecer que, ao garantir formação de qualidade às mulheres, contribui-se para o fortalecimento de toda a comunidade e para a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

1.2 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, assumindo caráter qualitativo e interpretativo. A escolha dessa metodologia se fundamenta na necessidade de compreender criticamente a realidade das mulheres quilombolas a partir de obras que discutem identidade,

raça, gênero e educação escolar. Segundo Severino (2016, p. 122), “a pesquisa bibliográfica constitui um procedimento indispensável para o estudo de qualquer tema, na medida em que permite ao pesquisador o contato direto com trabalhos já realizados”. Assim, sua aplicação neste estudo possibilita a construção de um arcabouço teórico sólido sobre os elementos que estruturam as desigualdades vivenciadas por mulheres quilombolas.

A etapa de levantamento bibliográfico incluiu livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, selecionados pela relevância temática e pela atualidade. O foco recaiu especialmente em autores que discutem a interseccionalidade, a identidade negra e quilombola, e a educação para as relações étnico-raciais. Além disso, foram analisados documentos orientadores da política educacional brasileira, tais como: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

Esses documentos foram mobilizados para compreender as garantias legais instituídas pelo Estado e os direitos assegurados às comunidades quilombolas. A análise seguiu a perspectiva crítica proposta por Minayo (2013), que afirma que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações humanas” (Minayo, 2013, p. 24). Nessa abordagem, o objetivo não é quantificar dados, mas compreender a realidade social a partir das relações que constituem os sujeitos envolvidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da condição da mulher quilombola exige, como ponto de partida inegociável, o uso do conceito de interseccionalidade, conforme postulado por Crenshaw (1989). A autora evidencia que as políticas antirracistas e as políticas feministas, quando separadas, falham em proteger as mulheres negras, pois suas experiências são atravessadas pela conjugação do racismo e do sexism. Ela afirma: “a interseção entre raça e gênero cria uma experiência que não pode ser compreendida separadamente” (Crenshaw, 1989, p. 140).

No contexto brasileiro, Ribeiro (2019) e Borges (2019) aprofundam essa discussão. Ribeiro (2019, p. 19) reforça: “Mulheres negras foram historicamente colocadas em um não

lugar, onde suas dores e reivindicações são continuamente deslegitimadas.” A realidade das quilombolas adiciona a dimensão da territorialidade e da privação de classe. Elas enfrentam o racismo estrutural, a desigualdade de gênero, a pobreza e, crucialmente, o racismo ambiental e territorial, que se manifesta na falta de infraestrutura e na violência fundiária (Borges, 2019).

Essa camada de opressão impõe barreiras ao acesso à educação. Não se trata apenas de vagas, mas da permanência e da qualidade de um ensino que, por vezes, nega a cultura local. A educação hegemônica tende a invisibilizar as mulheres quilombolas, reforçando um ciclo de subalternidade. A interseccionalidade, portanto, é a lente necessária para que a Educação Escolar Quilombola (EEQ) seja construída como uma resposta específica a essa teia complexa de opressões.

A Interseccionalidade não é apenas sobre a combinação de identidades, mas sobre como as estruturas de poder se cruzam para produzir uma experiência única de opressão. Para as mulheres negras, em particular, essa sobreposição de sistemas de dominação – o patriarcado, o racismo e o capitalismo – cria um impacto que não é simplesmente a soma de suas partes, mas um fenômeno distinto que exige uma análise igualmente distinta. É essa compreensão que nos permite ver a mulher quilombola não como 'mulher' mais 'negra' mais 'pobre', mas como um sujeito cuja condição é definida precisamente por essa intersecção estrutural (Borges, 2019, p. 45)

A citação de Borges (2019) salienta que a experiência da mulher quilombola deve ser analisada a partir de uma matriz complexa. O desafio do trabalho educacional, nesse sentido, é reconhecer e nomear cada uma dessas estruturas de opressão raça, classe, gênero e território para que a intervenção pedagógica não seja superficial, mas atinja as raízes da desigualdade.

A EEQ, ao incorporar o debate sobre a violência territorial e o racismo ambiental em seu currículo, utiliza a interseccionalidade na prática, transformando a escola em um lócus de resistência. Essa perspectiva crítica é fundamental para desnaturalizar as vulnerabilidades impostas historicamente e construir uma consciência de direitos entre as estudantes e toda a comunidade.

A identidade quilombola é indissociável da ancestralidade e da memória de luta. Nascimento (2014, p. 65) afirma que “a ancestralidade é o fio que liga o passado ao presente e garante a continuidade cultural do povo negro”. A escola quilombola, enquanto instituição formal, tem o dever de ser um espaço de reafirmação e valorização desses elementos.



As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012) estabelecem que a escola deve ser construída “em diálogo permanente com a memória, o território e os saberes tradicionais da comunidade” (BRASIL, 2012, p. 7). Isso implica um currículo que valorize:

- Histórias de vida e saberes das mulheres mais velhas (parteiras, rezadeiras, guardiãs da memória) como fonte legítima de conhecimento.
- Práticas culturais (culinária, danças, rituais) como componentes curriculares centrais.
- Conhecimentos agrícolas e ambientais (manejo da terra, uso de plantas medicinais) como ciência local.

Ao reconhecer e incorporar esses conhecimentos, a EEQ atua como um movimento de reparação histórica e de fortalecimento identitário. Gomes (2017, p. 89) defende que “A educação negra é um movimento político que recoloca o povo negro como protagonista do saber e da história”. Essa pedagogia, ao dar “lugar de fala” (Ribeiro, 2019) às mulheres e seus saberes, promove a descolonização do currículo e incentiva a autoestima e a consciência crítica.

A educação quilombola, portanto, não é meramente um anexo ou uma adaptação curricular; ela é uma afirmação política de reexistência. Ela deve ser um espaço de produção de um novo letramento, que é a descolonização do olhar. Isso significa não apenas incluir heróis e heroínas negras, mas reestruturar o currículo para que os saberes e práticas comunitárias, muitas vezes guardados e transmitidos pelas mulheres mais velhas, sejam considerados conhecimentos científicos, complexos e valiosos, capazes de dialogar em pé de igualdade com o conhecimento hegemônico (Gomes, 2017, p. 115).

A concepção de Gomes (2017) posiciona a EEQ como uma pedagogia da insurgência, que inverte a lógica do conhecimento eurocêntrico e androcêntrico. Ao validar os saberes da comunidade, especialmente aqueles preservados pelas matriarcas e lideranças femininas, a escola cumpre seu papel de resgate identitário e promove um aprendizado significativo, diretamente relacionado à experiência de vida das alunas.

Essa valorização das narrativas e das práticas culturais, além de fortalecer a identidade, prepara as jovens quilombolas para serem as novas guardiãs do território e dos conhecimentos ancestrais. A educação, nesse prisma, é um ato de autodefesa cultural contra a assimilação e o apagamento histórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presença de conteúdos que valorizam a história da comunidade e colocam a mulher quilombola como sujeito histórico transforma a forma como ela se percebe e é percebida. Freire (1996, p. 62) afirma que “a leitura crítica do mundo antecede a leitura da palavra”. Nesse sentido, a EEQ, ao permitir que a mulher quilombola leia e interprete o seu próprio mundo (o quilombo, suas lutas, suas histórias), torna-se um ato de conscientização e libertação.

O papel da educação libertadora, no contexto das comunidades oprimidas, é o de promover a práxis, ou seja, a união indissociável entre a reflexão e a ação. O oprimido, ao tomar consciência de sua condição histórica e não naturalizada, passa a ser um sujeito ativo na transformação de sua realidade. No caso da mulher quilombola, a educação deve ser o instrumento que lhe permite identificar as estruturas de opressão (o racismo, o sexism, o territorial) e se organizar para desmantelá-las, tornando-se uma “mulher de palavra” no sentido pleno, capaz de nomear e, assim, transformar o seu mundo (Freire, 1996, p. 95).

A pedagogia da práxis de Freire (1996) é central para o empoderamento feminino quilombola, pois ela transcende a mera alfabetização. A escola se torna o espaço onde a mulher quilombola desenvolve a consciência crítica para questionar as relações de poder internas e externas que a submetem.

A valorização dos saberes femininos ancestrais (Gomes, 2017) resgata a autoestima, combatendo o sentimento de inferioridade imposto pelo racismo e pelo machismo. A escola se torna o local onde a experiência de vida da matriarca, da liderança ou da artesã é validada como saber complexo, invertendo a lógica de subordinação. Isso é crucial para que a jovem quilombola se perceba como herdeira de uma história de resistência, capaz de moldar o futuro de sua comunidade.

A educação instrumentaliza as mulheres quilombolas com o conhecimento formal (linguagem jurídica, cálculo, acesso à informação) necessário para a atuação política e a negociação institucional. O acesso ao letramento político lhes permite articular a luta pelo território, que é, para o quilombo, a base de sua existência cultural e econômica.

Como destacado por Borges (2019), a violência territorial afeta diretamente a autonomia feminina. Portanto, o conhecimento de seus direitos territoriais (CF/88, art. 68 do ADCT) e a capacidade de organização (aprendida e reforçada na escola) transformam as

mulheres em agentes ativos na luta pela titulação das terras. O empoderamento educacional se manifesta na capacidade de liderança e na reivindicação por autonomia, tanto na gestão interna dos recursos quanto na representação externa da comunidade.

A escola quilombola desempenha papel fundamental ao desnaturalizar violências simbólicas e práticas discriminatórias historicamente associadas às mulheres negras (Ribeiro, 2019). Ao promover debates sobre gênero e raça a partir de uma perspectiva interna e crítica, a EEQ contribui para a desconstrução de estereótipos que limitam a atuação profissional e social feminina.

Esse processo se articula diretamente com o impacto das ações afirmativas. Silva (2019, p. 125) defende que “as ações afirmativas são mecanismos de reparação histórica que visam garantir o acesso equitativo a bens e serviços, como a educação”. O acesso de mulheres quilombolas ao ensino superior (via cotas raciais e políticas de permanência) tem provocado uma mobilidade social e um impacto comunitário significativos. Ao se formarem como professoras, advogadas, engenheiras ou gestoras, elas retornam às suas comunidades como referências de sucesso e como agentes de transformação com capacidade técnica para incidir nos espaços de poder.

As ações afirmativas, quando aplicadas a grupos que enfrentam a interseccionalidade de opressões, como as mulheres quilombolas, não devem ser vistas apenas como uma questão de acesso individual, mas como um projeto de impacto comunitário. Ao garantir a presença dessas mulheres na universidade, estamos investindo em quadros técnicos e intelectuais que retornarão aos seus territórios com a capacidade de intervenção e liderança necessárias para enfrentar o racismo estrutural e a violência fundiária. É um ciclo virtuoso onde a reparação histórica individual se traduz em empoderamento coletivo e em sustentabilidade da própria comunidade quilombola (Silva, 2019, p. 138).

A argumentação de Silva (2019) destaca a função estratégica das ações afirmativas. O retorno das mulheres quilombolas formadas à comunidade rompe o ciclo da subalternidade e da dependência externa. Elas passam a ser as especialistas locais em áreas cruciais como direito, educação e gestão ambiental, assumindo papéis de liderança que antes eram negados pela ausência de titulação formal.

A universidade, como um espaço de saber formal, equipa essas mulheres com o status social e o conhecimento técnico para negociar com o Estado e com o mercado em condições mais equitativas. Assim, a ação afirmativa é, em última instância, uma política de fortalecimento territorial, garantindo que o futuro do quilombo seja liderado por aquelas que carregam a história e a ancestralidade local.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstra, de forma inequívoca, que a Educação Escolar Quilombola é um instrumento imprescindível para a superação das desigualdades estruturais que afetam as mulheres quilombolas. A EEQ, ao adotar a interseccionalidade como prisma e a pedagogia da resistência como método, fortalece identidades, amplia possibilidades de participação política e econômica, rompe ciclos de pobreza e promove o empoderamento feminino de forma integral. A educação é, de fato, um mecanismo de resistência e de reexistência.

No entanto, a garantia desse direito pleno ainda está permeada por desafios persistentes. A efetivação da EEQ exige o enfrentamento do racismo institucional, o combate à insegurança territorial e, sobretudo, a superação da crise de investimento que impede a construção de escolas adequadas e a formação continuada de docentes. Tais obstáculos demonstram que, embora a legislação e as diretrizes existam a vontade política e a alocação orçamentária ainda são insuficientes para transformar o direito em realidade plena.

É, portanto, essencial fortalecer e expandir políticas públicas que consolidem a educação quilombola como um direito fundamental e como uma política reparatória efetiva. Isso inclui a garantia do financiamento, a manutenção das ações afirmativas e a valorização permanente dos saberes ancestrais. O investimento na formação continuada de professores que atuam nesses contextos, com foco nas Diretrizes Curriculares, é também um passo inadiável para assegurar a qualidade do ensino oferecido.

A luta pela educação das mulheres quilombolas constitui, em essência, uma luta pela democratização da sociedade brasileira. Trata-se de um processo que ultrapassa o acesso formal à escola e envolve o reconhecimento pleno de sua condição enquanto sujeitas históricas, políticas e culturais. Como afirma Freire (2005), a transformação social é um caminho árduo, porém possível, desde que sustentado pela conscientização crítica e pela participação ativa dos grupos historicamente marginalizados.

Para as mulheres quilombolas, essa transformação passa, necessariamente, pela garantia de uma educação que não apenas assegure direitos, mas que também valorize seus



saberes, trajetórias e modos de existir. Reconhecê-las como protagonistas de sua própria história significa fortalecer sua capacidade de liderar, de tomar decisões e de atuar de forma decisiva na construção do futuro de suas comunidades.

5. REFERÊNCIAS

- BORGES, Rosana. **O que é Interseccionalidade?** São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: CNE.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, p. 139-167, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social.** 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Ações afirmativas: direito, história e cultura.** São Paulo: Cortez, 2019.